



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

TERMO DE REFERÊNCIA
022/2024/SMIESUST

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

1.2. Tem-se como objeto a aquisição de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e emulsão asfáltica, conforme documento de especificação técnica anexo ao Memo : 896/2024/SMPOP/DPE e PARECER TÉCNICO nº 123/2024/SMPOP/DPE, anexos ao processo, com objetivo de manutenção corretiva de vias já pavimentadas, que venham a sofrer avarias, seja pelas intempéries, seja pelo tráfego constante de veículos, a fim de manter as condições de trafegabilidade das vias urbanas do Município.

1.3. As quantidades e valores encontram-se melhor descritas na documentação que embasou a elaboração do ETP – Estudo Técnico Preliminar, a qual seguirá anexa a este.

1.4. Abaixo, planilha com quantitativos totais:

Item	Qnt.	Un.	Descrição
01	400	TONELADA	CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (DNIT 031/2006 - ES / DNER - ES 313/97), EM USINA DE ASFALTO, USINA PARA FABRICAÇÃO DE CBUQ E NÃO DE PMF OU FRIA, COM A TEMPERATURA DO LIGANTE NÃO INFERIOR A 107°, COM GRANULOMETRIA Densa TIPO FAIXA "C" (% EM MASSA PASSANDO 100% NA PENEIRA ¾, 80-100% NA PENEIRA ½ E 2-10% NA PENEIRA 200 COM TOLERÂNCIA MÁXIMA ENTRE 7 E 2%), DOSADO EM ATÉ 6% NÃO INFERIOR A 4% COM CAP 50/70 (DNER-EM 204) NÃO EMULSIONADO, NÃO DILUÍDO, OBEDECENDO INTEGRALMENTE A NORMA PARA CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO DNIT EM-095/2006 MANTENDO MASSA ESPECÍFICA DO CAP = 1,000 KG/DM3 COM VARIAÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA CONFORME NORMA DNER-EM 204 E PONTO DE FULGOR MÍNIMO DE 235º C.
02	3200	LITRO	EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C, PARA PAVIMENTAÇÃO – ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL – CONFORME NORMA DNIT 165/2013 – EM, ACONDICIONADA EM BOMBONA DE 20 LITROS OU 200 LITROS.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será inicialmente de até 12 (doze) meses, prorrogável, na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, alínea “a” Lei n.º 14.133/2021)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A respectiva contratação é justificável pela necessidade de manutenção corretiva das vias urbanas do Município, a fim de manter as condições de trafegabilidade, influenciando na melhora do trânsito viário e na qualidade de vida dos contribuintes de São Borja como um todo, gerando mais segurança e conforto.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução demonstrada no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 022/2023/SMIESUST**, é a aquisição do CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), para aplicação a quente, e emulsão asfáltica sendo a que melhor se apresenta considerando documento de especificação técnica anexo ao Memo: 896/2024/SMPOP/DPE, oferecendo assim eficácia quanto a contratação pretendida, tornando o processo como um todo célere, vantajoso para o Município, seja pelo custo, quanto na solução da demanda em definitivo, considerando que a administração dispõe de mão de obra, necessitando apenas da aquisição do material.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto enquadra-se como aquisição de bens comuns por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disciplina o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A contratação será realizada preferencialmente através de licitação, na modalidade pregão, de acordo com art. 28, inciso I, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço, considerando os termos do Art. 6º, inciso XLI, Art. 17, § 2º, Art. 33, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Para fins de contratação, a empresa deverá apresentar toda documentação relativa a regularidade de funcionamento da mesma, seja fiscal, trabalhista, nos termos da legislação vigente.

6.4. Em razão dos serviços de aplicação do referido material serem realizados de forma alternada, no reparo pontual através de operação “tapa-buracos”, a entrega será de forma fracionada, estimando-se um quantitativo mínimo de entrega em torno de 13 (treze) toneladas do CBUQ e 104 litros de emulsão asfáltica, considerando proporcionalidade apresentada pelo setor técnico da SMOPOP (20 litros de emulsão asfáltica para cada 2,5 toneladas de CBUQ).

6.5. Considerando que as entregas/retiradas serem de maneira fracionada, o pagamento também será de forma parcial de acordo com a entrega, de forma satisfatória, com prazo médio para o pagamento de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da NF, com aceite do servidor designado pela fiscalização.

6.6. No intuito de melhor observar os limites técnicos de temperatura de beneficiamento em usina, temperatura da massa asfáltica no momento do uso na via, velocidade média de deslocamentos com segurança e consequentemente tempo de deslocamento e o decaimento de temperatura da massa asfáltica com o deslocamento, fica fixado o **DMT de no máximo 220 km (duzentos e vinte quilômetros)**.

6.7. Deverá ser mantido canal de relacionamento entre as partes, contratado e contratante, para dirimir dúvidas e/ou problemas que ocorrerem no decorrer da execução do contrato, durante a entrega do(s) material(ais).

6.8. Na impossibilidade de não poder esse canal de relacionamento ser feito de forma presencial, as partes deverão apresentar número(s) de telefone válido, inclusive com endereço de correio eletrônico (e-mail) para formalização das dúvidas e/ou informações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

6.9. No momento do fornecimento/entrega do ITEM 01 a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

a) RELATÓRIO DE ENSAIO DA MASSA POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, DE ACORDO COM AS NORMAS NBR ISO/IEC CONTENDO:

- 1.** GRANULOMETRIA: NÃO INFERIOR À 97% NA PENEIRA 3/8”;
- 2.** TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 À 6,0%
- 3.** DENSIDADE APARENTE DA MASSA: SUPERIOR A 1,80 G/CM³;
- 4.** DETERMINAÇÃO DE ADESIVIDADE A LIGANTE BETUMINOSO: RESULTADO NO MÍNIMO SATISFATÓRIO;
- 5.** DETERMINAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ELÁSTICA PELO DUCTILÔMETRO: RESULTADO (MÉDIA OU BOA);
- 6.** DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE FORMA, CONFORME DNER ME 086/1994: MENOR QUE 1.

b) ABRASÃO “LOS ANGELES” DE ACORDO COM AS NORMAS: ABNT NBR NM 051:2001 COM OS SEGUINTE RESULTADOS:

- 1.** %(PORCENTAGEM) DE ABRASÃO: MENOR QUE 50%.

c) APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO (FISPQ), CONFORME NORMA ABNT NBR 14725 – 4.

CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU FORNECIMENTO DE MATERIAIS

7.1. Todos os materiais deverão seguir as normas brasileiras vigentes bem como certificados de conformidade INMETRO, normas da ABNT/NBR, quando aplicáveis, conforme evidenciado no documento de especificação técnica anexo ao Memo: 896/2024/SMPOP/DPE e seu anexo com descritivo técnico dos mesmos.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. LOCAL E HORÁRIO

8.1.1. Ficará a critério da SMIESUST, a solicitação do material, de forma parcial, devendo a empresa dispor dos produtos, em sua usina, sendo que a retirada ficará sob a responsabilidade da contratante (Prefeitura).

8.2. PRAZO DE ENTREGA

8.2.1. O prazo para entrega dos itens será de 15 (dez) dias úteis, contados a partir do envio e confirmação de recebimento da Ordem de Compra com número do empenho pela contratada.

8.2.2. Havendo a necessidade de prorrogação no prazo de entrega, a empresa deverá contatar a fiscalização do contrato para apresentar justificativa, dentro do prazo inicial, podendo ou não ser aceita pelo mesmo.

8.2.3. Sendo tal prorrogação aceita pela fiscalização, a mesma não poderá ser superior ao limite máximo de mais 10 (dez) dias corridos na sequência da contagem do prazo inicial.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda a data da entrega, os motivos que possibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- e) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, mantendo canal de relacionamento entre as partes, contratado e contratante, para dirimir dúvidas e/ou problemas que ocorrerem no decorrer do mesmo.

11. GARANTIA DO OBJETO

11.1. A contratante reserva-se o direito de solicitar garantia quanto ao material que não atender as especificações usuais de utilização, ficando sujeita a contratada a repor material no qual a fiscalização identificar alguma imperfeição ou vício que torne a aplicação do mesmo inviável, ou que configure prejuízo ou risco ao tráfego de veículos, sendo que todo material e/ou serviço está coberto, quanto a garantia, pelo CDC – Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

CAPÍTULO IV **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato ou a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, conforme segue abaixo:

12.6. Atuará como gestor do contrato:

Nome: Moacir Antonio de Oliveira Tiecher

Cargo/Função: Secretário da SMIESUST – Decreto nº 18.904/2021

12.7. Atuará como fiscal titular do contrato:

Nome: Nelson Freitas

Cargo: Eng.º Civil – CREA/RS nº 73.745-D

12.8. Atuará como fiscal substituto do contrato:

Nome: Fernando Brasil Aquino dos Santos

Cargo: Eng.º Civil – CREA/RS nº 95.182

Matrícula: 1090

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 (dez) dias, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. Para cada dia de atraso, após a data final estabelecida para entrega do objeto do presente contrato, a CONTRATADA, ficará sujeita à multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor total do presente contrato, até o limite de 10 (dez) dias, a partir desse período será considerado inadimplente, podendo ser rescindido o contrato.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja/RS, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento ocorrerá num prazo de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da NF, após aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.

16.2. Considerando art. 6º, inciso LVIII combinado com o art. 25, §7º da lei 14.133/2021 será adotado reajustamento ao contrato quando do desequilíbrio econômico-financeiro do mesmo, conforme dispõe o art. 124, inciso II, alínea d, da referida lei, tendo como data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CAPÍTULO VI **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Sendo que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disciplina o art. 6º, XIII, a contratação será realizada através de licitação, na modalidade pregão, de acordo com art. 28, I, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, considerando Art. 33, I, observando-se ainda o art. 34, combinado com art. 40, § 3º, I e II, todos da Lei nº 14.133/2021.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral do objeto;
- c) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- g) assinatura do responsável legal da empresa.

18.2. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total do objeto, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte do fornecedor.

18.3. AMOSTRA

(X) Não () Sim

18.4. DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1. Para qualificação técnica a empresa deverá apresentar:

- a) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza similar ao objeto da presente licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- b)** Apresentação de prova de inscrição do fabricante junto ao CREA;
- c)** Apresentação de prova de inscrição do responsável técnico do fabricante junto ao CREA; acompanhado de comprovação de que este responsável, tenha vínculo com o fabricante, se sócio mediante o contrato social, e se for contratado, cópia do contrato de trabalho ou da carteira de trabalho;
- d)** Apresentação do acervo técnico do profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional (CREA);
- e)** Licença de Operação (LO) da usina de concreto asfáltico, no caso da empresa não ser proprietária da usina, apresentar declaração da usina de disponibilidade para atendimento da demanda do objeto.
- f)** Apresentar a licença da ANP do fornecedor da EMULSÃO ASFÁLTICA (RR-2C), conforme determina a RESOLUÇÃO ANP Nº 933, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023 – DOU DE 09-10-2023.

A referida resolução, em seu artigo 3º, diz: “A atividade de distribuição de asfaltos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que possuir autorização da ANP.”

A autorização expedida pela Agência da esfera federal é expedida em nome da pessoa jurídica legalmente habilitada que atenda os critérios exigidos. Se este for o fornecedor, resta ser comprovado pela participante do certame.

19.2. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

19.3. VISTORIA

() Sim (X) Não () Opcional () Obrigatória.

19.4. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.4.1. Para a execução do objeto, na excelência do seu atendimento, a CONTRATADA deverá observar todas as técnicas estabelecidas em normativas disponíveis no mercado, normas ambientais e/ou normas específicas da ABNT – NBR, bem como Normas internacionais consagradas; Legislação Federal e Distrital referente ao tema.

19.5. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

19.5.1. Aplica-se os benefícios da LC 123/2006 e 147/2014 para o presente processo.

19.6. JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

19.6.1 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS.

() Sim (x) Não

Justificativa da vedação:

Embora o art. 15 da Lei 14.133/2021 apresente a possibilidade de participação, não será previsto a participação de consórcio no presente processo licitatório, uma vez que a legislação disciplina na participação de consórcios quando o objeto for caracterizado de grande vulto, justificando-se ainda que tal vedação não limitará a competitividade.

19.6.2 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

() Sim (x) Não

Justificativa da vedação:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Embora previsto, assim como já informado no item anterior, para a presente demanda não está previsto a participação de cooperativas, o que não afetará a competitividade, até em razão da natureza do objeto, o qual é exclusivo de usinas que processam material asfáltico.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1. O valor total estimado da contratação será de **R\$ 299.836,00 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais)**, considerando a média dos valores obtidos através de pesquisa nas fontes *Banco de Preços e orçamentos de empresas*, conforme relatório de pesquisa de preços ANEXO I, deste termo de referência.

CUSTO DA CONTRATAÇÃO					
Item	Qnt.	Un.	Especificação	Valor Un.(R\$)	Valor Total(R\$)
01	400	Ton	CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (DNIT 031/2006 - ES / DNER - ES 313/97), EM USINA DE ASFALTO, USINA PARA FABRICAÇÃO DE CBUQ E NÃO DE PMF OU FRIA, COM A TEMPERATURA DO LIGANTE NÃO INFERIOR A 107°, COM GRANULOMETRIA Densa TIPO FAIXA "C" (% EM MASSA PASSANDO 100% NA PENEIRA ¾, 80-100% NA PENEIRA ½ E 2-10% NA PENEIRA 200 COM TOLERÂNCIA MÁXIMA ENTRE 7 E 2%), DOSADO EM ATÉ 6% NÃO INFERIOR A 4% COM CAP 50/70 (DNER-EM 204) NÃO EMULSIONADO, NÃO DILUÍDO, OBEDECENDO INTEGRALMENTE A NORMA PARA CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO DNIT EM-095/2006 MANTENDO MASSA ESPECÍFICA DO CAP = 1,000 KG/DM3 COM VARIAÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA CONFORME NORMA DNER-EM 204 E PONTO DE FULGOR MÍNIMO DE 235° C.	R\$ 684,39	R\$ 273.756,00
02	3200	Un	EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C, PARA PAVIMENTAÇÃO – ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL – CONFORME NORMA DNIT 165/2013 – EM, ACONDICIONADA EM BOMBONA DE 200 LITROS.	R\$ 8,15	R\$ 26.080,00
Valor Global Estimado.....					R\$ 299.836,00

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito e serão custeadas com recursos financeiros provenientes de RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO – LIVRE.

21.2. INFORMAÇÃO DA DOTAÇÃO:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Trânsito

Unidade: 03 – Cidade Melhor

Função: 15 - Urbanismo

Programa: 104 – Cidade Melhor

Projeto/Atividade: 2078 – Pavimentação, Calçamento e Drenagens

Elemento: 3.390.30.00.00.00.00

Recurso: 0001/ 2500

Reduzido da Dotação: 42729




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO


CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No entendimento do presente Termo de Referência apresentar os quesitos básicos para uma boa contratação, finalizamos.

Demais informações complementares, bem como dúvidas poderão ser sanadas junto ao Setor de Orçamento da SMIESUST.

São Borja/RS, 18 de junho de 2024.


Márcio Dorneles dos Santos
Diretor da SMIESUST
Portaria nº 255/2023


Moacir Antonio de Oliveira Tiecher
Secretário da SMIESUST
Decreto nº 18.904/2021

☒ Defiro

☐ Indefiro



EDUARDO BONOTTO
Prefeito de São Borja/RS